



# M U N I C Í P I O D E G Ó I S

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE OUTUBRO DE 2014

-----No dia vinte e nove de outubro do ano de dois mil e catorze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a Presidência da senhora Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira na qualidade de Presidente da Câmara, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Eng.<sup>o</sup> Diamantino Jorge Simões Garcia e senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz. -----

-----A reunião foi secretariada pela Técnica Superior Andreia Rafaela Gaspar Vidal. -----

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos. ---

### **1 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

#### **1.1 – FALTAS -----**

#### **1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE-----**

#### **1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES -----**

### **2 – ORDEM DO DIA: -----**

#### **2.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----**

#### **2.2 – CLDS/RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINAL -----**

#### **2.3 – ANMP/SECÇÃO DE MUNICÍPIOS DE BAIXA DENSIDADE E DO MUNDO RURAL -----**

#### **2.4 – ANMP/REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR DAS ÁGUAS -----**

#### **2.5 – 2ª ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DO PÓLO INDUSTRIAL DAS CORTES -----**

#### **2.6 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/DRA.MARIA JOÃO SILVA ROSA, ADVOGADA E MANDATÁRIA DE SALLY PATRICIA EATON E DAVID CLIVE MILLINGTON BATE-----**



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| 2.7 – ORÇAMENTOS DA EDP/EXTENSÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  |
| 2.8 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE GÓIS-----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  |
| 2.9 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS/ANO 2015 -----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |  |
| 2.10 – MAPA DE PESSOAL/ANO 2015 -----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |  |
| 2.11 – ORÇAMENTAÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL/ANO 2015-----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |  |
| 2.12 – PARECER PRÉVIO GENÉRICO/COMUNICAÇÃO MENSAL DA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS -----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |  |
| 2.13 – EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/DIVERSOS -----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |  |
| 2.14 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |  |
| 2.15 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL-                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  |
| 2.16 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |  |
| 3 – APROVAÇÕES EM MINUTA -----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |  |
| 4- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |  |
| 1 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |  |
| 1.1- FALTAS – Não houve. -----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |  |
| 1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE – A senhora Presidente iniciou a sua intervenção prestando a informação sobre os seguintes assuntos:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |  |
| <b>AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal –</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |  |
| A senhora Presidente deu conhecimento da missiva enviada pela Associação da Hotelaria Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) relativa à entrega de uma petição na Assembleia da República sobre a “Reposição do IVA nos Serviços de Alimentação e Bebidas na Restauração e Hotelaria, e Consequente Alteração Legislativa”, manifestando a sua solidariedade com os empresários da área da hotelaria e restauração, que lutam diariamente para manter as empresas e os postos de trabalho. ----- |  |
| <b>Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra –</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |  |
| Prosseguiu, dando conta que no âmbito do projeto AREA3 e em articulação com                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  |



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

o CEFA foram identificadas algumas áreas que têm associados consideráveis meios financeiros, como é o caso da recolha dos resíduos sólidos urbanos. Numa tentativa de contenção da despesa, vai ser realizado um estudo dos roteiros das viaturas de recolha de resíduos, e levantamento do número de contentores instalados em cada localidade, por forma a maximizar e rentabilizar os recursos existentes. Referiu ainda, que resultante do compromisso da Câmara Municipal de Góis em responder ao solicitado no âmbito do projeto AREA3, foi celebrado um protocolo com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em que a Câmara Municipal de Góis irá acolher, durante dois meses, uma Estagiária do Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente que se encontra a desenvolver o estágio curricular intitulado “Otimização do Sistema de Recolha de Resíduos Urbanos referenciados no Concelho de Góis”. A senhora Presidente informou que o presente estágio não acarreta quaisquer despesas ao Município.-----

**Programa “Mentores para Imigrantes”** – No p.p. dia 28.10.2014 foi celebrado o protocolo com o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., numa cerimónia solene que decorreu na Assembleia da República. -----

-----Prosseguiu, referindo que este Projeto pretende melhorar algumas práticas na inclusão de imigrantes que escolhem Góis para viver, podendo ser instituições ou simples cidadãos os mentores dos imigrantes, designados de mentorados. -----

**50º Aniversário da Conferência Vicentina** – A senhora Presidente felicitou a Conferência Vicentina pelo seu quinquagésimo aniversário, congratulando-se pelo trabalho desenvolvido na área social, mostrando a disponibilidade da Câmara Municipal em continuar a trabalhar com esta organização.-----

**ARS Centro** – Continuou a sua intervenção, dando conta que no p.p. dia 27.10.2014 decorreu na ARS do Centro uma reunião de trabalho, onde estiveram presentes o Presidente da ARS Centro, Dr. Tereso e a Vogal, Dra, Maria Augusta; em representação do ACES PIN o Diretor Executivo, Dr. Avelino Pedroso; da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, o senhor Presidente,



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

António Carvalho e o Secretário José Augusto Ferreira; da Câmara Municipal para além da senhora Presidente, a Técnica Superior, Arquiteta Marina Pais. ----

---- A senhora Presidente informou que a reunião centrou-se na discussão da viabilidade do investimento que se pretende fazer com a deslocalização da Extensão de Saúde de Vila Nova do Ceira para o edifício da Junta de Freguesia, porquanto a mesma envolve um investimento significativo e, há absoluta necessidade de comprometer a ARSC no que concerne à garantia de pessoal médico, de enfermagem e respetivo administrativo. -----

---- Informou ainda que o senhor Presidente da ARSC afirmou desconhecer que a Extensão de Saúde de Vila Nova do Ceira não funciona há mais de três meses, alegando a gravidade do assunto porquanto no seu entender não há motivos que justifiquem esta situação a qual resulta num claro prejuízo para as populações. -----

---- Continuou, dando conta que a ARS informou que não há intenção de encerrar nenhuma Extensão de Saúde no Concelho de Góis, porquanto existe um documento designado “Compromisso Assistencial”, homologado pela ARS, em que os profissionais de saúde comprometeram-se em assegurar o funcionamento do Centro de Saúde das 8h00 às 20h00, incluindo fim-de-semana e feriados bem como o funcionamento das Extensões de Saúde de Alvares, Vila Nova do Ceira e Ponte do Sótão. -----

---- Terminou este assunto, referindo que o senhor Dr. Avelino Pedroso comprometeu-se a averiguar quais as razões do não funcionamento da Extensão de Saúde de Vila Nova do Ceira.-----

**Parque Eólico do Vale do Chão** – A senhora Presidente informou que foi celebrado um protocolo em 21.01.2011 com a Empresa Parque Eólico do Vale do Chão, S.A. Mais informou, que na sequência desse protocolo, o Município de Góis iria receber uma compensação financeira em três fases: a primeira tranche aquando da assinatura do protocolo; a segunda tranche aquando do levantamento do Alvará de Construção; a terceira tranche aquando da emissão do Alvará de Utilização. Informou ainda, que na sequência de uma reunião



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

realizada em 27/10/2011, com uma representante da empresa, Eng.<sup>a</sup> Susete Patrício foi garantida a construção do Parque Eólico, solicitando para o efeito a prorrogação do Alvará de Construção por mais seis meses. O presente pedido está a ser analisado pelo Gabinete Jurídico. -----

-----A senhora Presidente informou também que a empresa solicitou alterações ao compromisso de pagamento constante no Protocolo assinado em 21.01.2011, tendo sugerido à representante do consórcio da Ventinveste que formalizasse ao Município a proposta de alteração a fim de ser objeto de análise e decisão. -----

**CCDRC** - A senhora Presidente informou que no âmbito da candidatura apresentada ao MAISCENTRO para efeitos de financiamento da empreitada relativa à Circular Externa Carvalhal dos Pombos, a CCDRC solicitou esclarecimentos adicionais. A senhora Presidente referiu ainda que há uma forte probabilidade da obra vir a ser financiada. -----

**POVT** – Prosseguiu a sua intervenção dando conta da missiva enviada pelo POVT, relativamente ao encerramento da empreitada do Campo de Futebol Eng<sup>o</sup> Augusto Nogueira Pereira – Beneficiação / Construção de Balneários e Bancada”. -----

**IGF**- A senhora Presidente deu conhecimento que a partir do dia 19.11.2014 a Câmara Municipal vai ser auditada pela IGF no âmbito do projeto “Controlo dos Recursos Humanos na Administração Local Autárquica”. -----

**Esclarecimentos aos Vereadores da Oposição** – Terminou a sua intervenção esclarecendo o senhor Vereador, Eng<sup>o</sup> Diamantino Jorge Simões Garcia sobre a aquisição de uma “lona”, referida na Reunião do Executivo anterior. Informou que a despesa realizada não se destinou a um evento em especial, mas sim a promoção do concelho de Góis, pois trata-se de uma lona que divulga o Município podendo ser utilizada em qualquer iniciativa como foi no concerto do Leandro no Meo Arena e no SkyRoad. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES** – Usou da palavra o senhor Vereador, Eng<sup>o</sup> Diamantino Jorge Simões Garcia questionando sobre o



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

ponto de situação do processo de licenciamento da publicidade do Talho “NôNô”.-----

---- Continuou, dando conta que foi interpelado, através da rede social do Facebook, pelo senhor Manuel Henriques de Vale do Laço, relativamente ao rebentamento de uma válvula que liga a caldeira de aquecimento de água. Mais referiu, e de acordo com o senhor Manuel Henriques estes danos resultaram do aumento súbito da pressão da rede de águas, tendo para o efeito já reclamado junto dos serviços municipais e da senhora Presidente. Referiu ainda, que o problema não está no pagamento das faturas onde foi debitado o excesso de água desperdiçada, mas com o procedimento em si.-----

---- Terminou, dando conta que quando se deslocava para a presente Reunião do Executivo, ouviu na rádio que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e mais trinta e cinco Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa estão a desencadear uma providência cautelar relativamente às 35 horas de trabalho, questionando qual o procedimento que vai ser adotado pela Câmara Municipal de Góis.-----

---- Interveio a senhora Presidente, dando conta que relativamente ao “Talho NôNô”, os serviços não chegam a um consenso, para além de que a lei é dúbia nesta matéria, dando a palavra à senhora Chefe de Divisão, Dra. Sara Mendes.-

---- Dada a palavra, a senhora Chefe de Divisão, Dra. Sara Mendes informou que no processo de levantamento do auto de notícia subsistem dúvidas das infrações cometidas, bem como das competências da fiscalização municipal para proceder ao levantamento do auto. Mais referiu, que foram contactadas várias Câmaras Municipais, tendo sido ouvidas várias interpretações da legislação. Referiu ainda, que no dia anterior estiveram presentes na Câmara Municipal dois formadores da AMA, no âmbito do Licenciamento Zero, tendo-lhes sido colocada esta questão, ao qual responderam que o auto seria levantado com base no Código da Publicidade e Ocupação do Espaço Público e não no âmbito do Licenciamento Zero, considerando esta uma matéria difícil de analisar.-----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

-----Interveio o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues referindo que os serviços irão solicitar um parecer à CCDDR Centro sobre esta matéria. -----

-----Interveio o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia dando conta da confusão legislativa existente, porquanto ninguém sabe qual a norma a aplicar.-

-----A senhora Presidente solicitou a presença da Arquiteta Marina Pais, que informou que da interpretação que fez da legislação, os Talhos “NôNô” necessitam de dois licenciamentos: o da mensagem publicitária e da ocupação de espaço público. Mais informou, que contactou várias Câmara Municipais, estando patente uma confusão generalizada. -----

-----A senhora Presidente informou que entrará em contacto com o proprietário e irá dentro das suas competências encerrar o presente assunto. -----

-----Relativamente ao processo do senhor Manuel Henriques, a senhora Presidente informou que os Serviços de Águas e Saneamento atestaram que o consumo da água não esteve relacionado com a pressão da rede de águas nem com o rebentamento da válvula. No entanto, irá junto dos serviços validar a informação prestada.-----

-----Continuou, solicitando ao senhor Vereador com o pelouro dos Recursos Humanos que prestasse informação sobre o horário de trabalho, tendo em conta que reuniu com o senhor consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves para debater esse assunto. -----

-----Interveio o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues dando conta que os ACEEP's celebrados pela Câmara Municipal de Góis e os sindicatos, foram devolvidos pelo senhor Secretário de Estado. O senhor Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves está a analisar a situação, por forma a não cometer-se nenhuma ilegalidade relativa ao horário de trabalho, aguardando parecer jurídico para verificar a eventual necessidade de se avançar ou não com a providência cautelar. -----

-----Interveio o senhor Vice-Presidente referindo que se estava perante uma legislação difícil de aplicar, porquanto foi emitido um parecer pelo Tribunal Constitucional que entendia que a decisão do horário de 35 horas de trabalho



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

semanal nas Autarquias Locais situa-se na esfera da autonomia do Poder Local; por outro lado o Conselho Consultivo do Ministério Público, cujo parecer é vinculativo refere que a alteração do horário de trabalho nas Autarquias Locais tem que resultar de um acordo tripartido entre a respetiva Autarquia, os Sindicatos e o Ministério das Finanças. Deste modo concluiu que segundo este parecer os ACEEP,s já assinados não poderiam ser aplicados porque o Ministério das Finanças não participou na sua negociação. -----

---- Interveio a senhora Presidente referindo não entender como a Administração Central faz 40 horas de trabalho e no Poder Local é facultada a hipótese de negociação, porquanto existe um diploma legal que impõe um horário de trabalho de 40 horas. -----

---- Interveio o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues referindo que 99% dos serviços da Administração Central estão a fazer 40 horas, porque são organismos geridos diretamente pelo Governo. Mais referiu que efetivamente existe uma flexibilidade de o poder local poder negociar o horário de trabalho, resultante do emaranhado de normas legislativas, dando origem a esta situação. Referiu ainda, que a forma indireta de fazer cumprir as 40 horas de trabalho é aplicar aos trabalhadores a jornada contínua, dando como exemplo a Câmara Municipal de Penela. -----

---- Usou da palavra a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz solicitando informação sobre o processo relativo à providência cautelar instaurada contra o encerramento da EB1 da Ponte do Sótão. -----

---- A senhora Presidente informou que o Município até à presente data não recebeu qualquer comunicação.-----

---- A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz continuou, dando conta que o Município de Idanha-a-Nova enquanto aguarda resposta ao recurso que colocaram relativo ao encerramento de escolas, resolveu dar solução ao problema, através da contratação de professores. Mais referiu, que os pais estão satisfeitos com a solução, propondo, e caso fosse possível, que esta poderia ser a solução a ter na EB da Ponte do Sótão. -----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

-----Continuou, referindo que o encerramento da EB da Ponte Sótão resulta num claro prejuízo para as crianças, porque saem cada vez mais cedo de casa e chegam cada vez mais tarde ao final do dia. -----

-----Interveio a senhora Presidente, referindo que tem muitas dúvidas de que o procedimento adotado pelo Município de Idanha-a-Nova tenha base legal, pois a ser possível todos os Municípios que foram afetados pelo reordenamento da Rede Escolar e consequente encerramento de Escolas teriam seguramente procedido da mesma forma. Referiu ainda que os Municípios, em matéria de contratação de pessoal estão obrigados a regras e procedimentos, para além da obrigatoriedade de cumprir com a redução de pessoal decorrente da imposição do orçamento de Estado. Nesta matéria, acrescentou que a contratação de Docentes, a ser possível, seria um compromisso plurianual, logo sujeito a autorização da Assembleia Municipal.-----

-----Prosseguiu, salientando a injustiça e falta de respeito para com as crianças da EB da Ponte do Sótão, por parte do Ministério da Educação. Referiu ainda, que o encerramento da EB de Ponte de Sótão para além de prejudicar as crianças, obrigou a novos percursos escolares difíceis de assegurar atendendo a que a frota automóvel da Câmara está obsoleta. -----

-----A senhora Vereadora, Maria Helena Antunes Barata Moniz questionou qual a razão de um autocarro da Câmara Municipal da Lousã estar a efetuar o transporte das crianças da Ponte do Sótão. -----

-----A senhora Presidente informou a senhora Vereadora, Maria Helena Barata Antunes Moniz que lamentavelmente essa informação circulou no concelho e que só pode ter acontecido por desconhecimento. Esclareceu que o Município de Góis não utilizou nenhuma viatura do Município da Lousã. Mais informou, que na sequência da avaria de uma viatura e confrontados com a absoluta necessidade de se assegurarem os transportes escolares foi requisitado um minibus à Transdev. Acontece que, a Transdev é a gestora da frota da Câmara Municipal da Lousã e respetivos recursos humanos tal como do Município de Arganil, proposta que também o Município de Góis equacionou no ano de 2011e



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

que até à presente data não concretizou. Esclareceu que, sempre que se requisita uma viatura à Transdev a empresa presta o serviço com a frota de que dispõe, sendo o Município de Góis alheio a quem pertencem as viaturas.-----

---- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia, que na sequência da intervenção anterior, deu conta que a Câmara Municipal tem uma despesa elevada com os transportes, situação que considerava irrisória se a população estivesse bem servida. Mais referiu, que por forma a solucionar este problema, a Câmara Municipal tem estado atenta à alteração legislativa relativa às concessões rodoviárias e está envidar esforços para que no âmbito do projeto Transportes a Pedido, integrado no programa Aproximar, seja implementado no concelho um novo serviço de transportes, que nos interligue a outros municípios, com o apoio do senhor Eng.º Álvaro Costa. Referiu ainda, que o projeto Transportes a Pedido pretende facilitar a vida diária das populações, no acesso à mobilidade e reduzir substancialmente os custos associados aos transportes. -

---- Prosseguiu a sua intervenção, dando conta que no âmbito da publicação da Portaria nº 213/2014 de 15 de outubro, as Juntas de Freguesia e os Municípios poderão efetuar uma candidatura conjunta à Modernização Administrativa, com um financiamento previsto a 70%, sendo que os restantes 30% poderão ser financiados através de Fundos Comunitários. Mais referiu, que em anos anteriores o Município de Góis efetuou uma candidatura semelhante, que permitiu renovar e atualizar o *hardware* e *software*. Terminou, referindo que na DGUPA é necessário uma atualização dos sistemas informáticos, por forma a acompanhar os programas técnicos (como por exemplo o Autocad) utilizados sobretudo ao nível das engenharias.-----

---- A senhora Presidente informou que em reunião com as Juntas de Freguesias ficou demonstrada a total disponibilidade para efetuar a Candidatura conjunta no âmbito da Modernização Administrativa. Terminou, dando conta que será agendada uma reunião com as Juntas de Freguesia do Concelho, a Câmara Municipal e com o senhor Prof. Doutor Álvaro Costa, especialista em



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

mobilidade, para estudar o concelho e apresentar propostas de melhoria da rede de transportes, tal como já fez nos Municípios de Tábua e de Arganil. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2 – ORDEM DO DIA: -----**

**2.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** – De acordo com o determinado pela Lei nº75/2013, de 12 de setembro no seu artigo 57º, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia catorze de outubro de dois mil e catorze, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

**2.2 – CLDS/RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINAL-** Foi presente o relatório de execução final do projeto CLDS, que se constitui como anexo I da presente ata.-

----- A senhora Presidente lembrou que a Câmara Municipal foi a entidade promotora do projeto, tendo deliberado por unanimidade na Reunião do Executivo de 12.10.2010 designar a ADIBER, como Entidade Coordenadora do CLDS.-----

-----Mais referiu, que este foi um projeto que deixou a sua marca ao longo do Concelho, visível no seminário que decorreu no p.p. dia 17.10.2014 relativo à importância dos CLDS na comunidade. Referiu ainda, que mais do que lamentar o encerramento deste projeto, importa encontrar soluções prioritárias para dar continuidade a atividades como a Academia Sénior que decorria em Góis, Cortes e Colmeal; o projeto teleassistência com testemunhos reais da valia desses equipamentos. -----

-----Continuou, referindo que em articulação com a ADIBER, se pretende dar continuidade às ações que têm sido desenvolvidas no âmbito do CLDS, que contribuíram para o desenvolvimento do Concelho e promoção do bem-estar e qualidade de vida dos seus utentes. -----

-----Prosseguiu, felicitando a ADIBER pelo relatório apresentado, dando conta que teve a oportunidade de reunir com a equipa, à qual deixou o desafio para a apresentação de ideias inovadoras, dando como exemplo a necessidade de tornar a Quinta da Ribeira muito mais produtiva ao nível de produtos hortícolas e



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

de rentabilidade financeira; projetos ligados ao empreendedorismo e em articulação com o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local através de uma ação de marketing e promoção do tecido empresarial do Concelho, articulando com o trabalho que foi realizado no âmbito do projeto INOVGÓIS, em parceria com a ADIBER e o Instituto Pedro Nunes; promover a Casa do Artista.-----

---- Interveio o senhor Vereador, Eng.º Diamantino Jorge Simões Garcia, referindo que gostou da forma cativante como o Relatório foi elaborado, felicitando a ADIBER e naturalmente a Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido no âmbito do CLDS. Mais referiu, que não tem dúvidas que o CLDS foi um marco no concelho e no tempo, estando patente a dinâmica das suas ações por parte de quem coordenou e executou.-----

---- Interveio a senhora Vereadora, Maria Helena Barata Antunes Moniz, subscrevendo a intervenção do senhor Vereador, Eng.º Diamantino Jorge Simões Garcia, referindo que projetos como o CLDS, Progride, Escolhas do Futuro são sempre importantes e notórios em concelhos como Góis, porquanto tentam colmatar vulnerabilidades existentes, esperando que se vislumbre mais projetos semelhantes, que deixam a sua marca no território mas sobretudo nas pessoas. -----

---- Interveio o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues felicitando o senhor Presidente da ADIBER, Dr. Miguel Ventura relativamente ao trabalho desenvolvido pelo CLDS. Mais referiu, que foi indispensável o papel dos técnicos da ADIBER neste projeto, com um grande impacto ao nível social.-----

---- Interveio o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia subscrevendo as intervenções que lhe antecederam, reafirmando que no presente relatório está bem claro e documentado todo o percurso e a qualidade das atividades desenvolvidas pelo CLDS. -----

---- A senhora Presidente informou que no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio está previsto o CLDS+, estando despostos para eventual candidatura. Mais referiu, que durante o ano de 2015 a ADIBER e a Câmara Municipal de Góis poderão vir a desenvolver o seu próprio CLDS+, estando o Município de



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

Góis disponível para integrar a Equipa Técnica no âmbito das Medidas Sociais de Apoio ao emprego, isto é, em contratos CEI. Terminou, dando conta das dificuldades que o CLDS sofreu devido à transferência tardia dos fundos financeiros por parte do Estado.- -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Relatório de Execução Final do CLDS e submeter ao Conselho Local de Ação Social para a sua aprovação. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

### **2.3 – ANMP/SECÇÃO DE MUNICIPIOS DE BAIXA DENSIDADE E DO MUNDO**

**RURAL** - Foi presente o ofício nº 1193/2014 da ANMP referente à criação da Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural e à eventual adesão do Município de Góis. -----

-----A senhora Presidente informou que no próximo dia 6 de novembro está previsto realizar-se a primeira reunião desta secção, durante a qual será eleita de entre os membros da Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural a respetiva Mesa que será constituída por um presidente, dois vice-presidentes e dois secretários. -----

-----Interveio o senhor Vereador, Eng.º Diamantino Jorge Simões Garcia, referindo que o Município de Góis deverá aderir a esta nova secção, não deixando porém de manifestar a sua preocupação com a mistura dos conceitos. Após a análise do documento remetido pela ANMP, concluiu que consideram os municípios de igual forma, ou seja não há diferenciação nenhuma num concelho como Góis, claramente de Baixa Densidade e Rural em comparação com concelhos como a Figueira da Foz ou Mealhada. -----

-----No que diz respeito à vinda de Fundos Comunitários, considerou que podem ser ultrapassados, sentindo durante a leitura do documento que estarão a ser levados para o fim que pretendem. No entanto, tais constatações não invalidam a adesão do Município de Góis; pelo contrário, devemos aderir, e ter a capacidade reivindicativa e criar de alguma forma um *lobby* positivo com outros Municípios semelhantes ao de Góis, ganhando alguma força nesta secção. -----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

---- Interveio a senhora Vereadora, Maria Helena Barata Antunes Moniz manifestando a sua apreensão com os critérios para os Municípios Rurais, colocando-nos em igualdade com outros Municípios da zona do Baixo Mondego. Não será benéfico colocarem Góis a par com a Figueira da Foz ou Mealhada, mas haverá alguma vantagem, por muito pequena que seja, em aderir a esta secção, ou às duas secções. -----

---- Interveio a senhora Presidente, referindo que tal como o senhor Vereador Eng.º Diamantino Jorge Simões Garcia que manifestou a sua preocupação com a terminologia de “Baixa Densidade” e “Rural”, outros municípios também já se debateram sobre essa questão. Mais referiu, que o grande debate que se antecedeu foi relativo à criação desta secção, havendo quem defenda que não é necessária, porquanto a ANMP tem de defender de igual modo todos os Municípios portugueses, independentemente das suas características. Referiu ainda, que a criação desta secção foi objeto de escrutínio em sede de Conselho Geral da ANMP, sendo defendida pelos Autarcas que efetivamente têm problemas de Ruralidade e de Baixa Densidade. -----

---- Interveio o senhor Vice-Presidente referindo que não é fácil definir uma matriz que agrade a todos. Mais referiu que a linguagem utilizada pelos Municípios do Pinhal Interior Norte em relação aos Municípios do Baixo Mondego é diferente e notória principalmente nos debates que existem na CIM-Região de Coimbra, dando como exemplo a problemática dos transportes rodoviários. -----

---- Após análise e discussão do assunto e sob proposta da Senhora Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade aderir à Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural da ANMP, reconhecendo uma eventual mais valia para o Município de Góis. -----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

**2.4 – ANMP/REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR DAS ÁGUAS** – Foi presente o documento enviado pela ANMP no p.p dia 02.10.2014 relativo à reestruturação do setor das águas. -----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A senhora Presidente referiu que existe uma grande celeuma em torno deste assunto, tendo dado a palavra ao senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia para tecer algumas considerações, uma vez que analisou profundamente o documento com a técnica superior, Eng<sup>a</sup> Sandra Coelho. -----

-----Interveio o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia dando conta que o principal objetivo é a reorganização territorial do Grupo Águas de Portugal, que passa pela agregação dos 19 sistemas de abastecimento de água e saneamento em cinco sistemas de maior dimensão. No caso concreto de Góis, seria a fusão da SIMLIS e SIM RIA com as Águas do Mondego. Mais referiu, que se trata de uma situação controversa, tendo em conta que a situação financeira das três entidades não é semelhante, podendo criar injustiças. -----

-----Interveio o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, referindo que o que se vislumbra, e de acordo com os diplomas legais que virão a ser publicados, é que o custo da água vai aumentar, sendo que todos nós iremos pagar por este reequilíbrio. -----

-----A senhora Presidente informou que a preocupação das Águas do Mondego é assumir o passivo resultante desta fusão, com o claro indício do aumento do tarifário, perdendo-se a autonomia na decisão. Mais referiu, que está agendada a reunião com as Águas do Mondego para a eventual revisão do protocolo. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.5 – 2ª ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DO PÓLO INDUSTRIAL DAS CORTES**

– A senhora Presidente lembrou que na pretérita Reunião do Executivo tinha ficado deliberado que a senhora Presidente usaria das competências que a Lei lhe confere para autorizar a alteração do loteamento na Conservatória do Registo Predial e posteriormente recorreria à figura de ratificação. Mais referiu, que essa situação não se justifica, tendo em conta que se trata de uma competência delegada, na Reunião do Executivo de 23.10.2013.-----

-----A senhora Presidente solicitou a presença do Técnico Superior, Eng.º César Ribeiro para explicar em que fase se encontra o



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

processo de Alteração à Operação de Loteamento do Pólo Industrial das Cortes.- -----

---- Dada a palavra, o senhor Eng.º César Ribeiro informou que no que compete ao serviço da DGUPA, será necessário elaborar os orçamentos relativos aos projetos de especialidades das obras que se terão de realizar. -----

---- Interveio o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia dando conta que o senhor Eng.º César Ribeiro insiste que o projeto de arquitetura seja aprovado com os projetos de especialidades, situação que considera bastante morosa, porquanto com o projeto de arquitetura aprovado poder-se-á fazer o registo do novo número de lotes na Conservatória do Registo Predial. -----

---- A senhora Presidente referiu que desde a Reunião do Executivo de 14.10.2014 até à presente data decorreram duas semanas e o processo não avançou, contrariando o despacho superior, que solicitava urgência na resolução deste assunto. -----

---- Deu ainda conta, que a ampliação da rede de água e saneamento, eletricidade, passeios e arruamentos será feita de forma faseada, porque o investimento que lhe está associado não está previsto no orçamento de 2014. ---

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

### **2.6 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/DRA.MARIA JOÃO SILVA ROSA, ADVOGADA E MANDATÁRIA DE SALLY PATRICIA EATON E DAVID**

**CLIVE MILLINGTON BATE** - A senhora Presidente informou que de acordo com a informação nº 178 do Serviço Jurídico e Contraordenações, datada de 15.06.2014, a mandatária dos requerentes solicitou a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio inscrito na matriz rústica da Freguesia de Alvares, sob o nº. 10617, identificado no requerimento em anexo, apresentando para o efeito cópia da respetiva certidão de teor matricial emitida pelo Serviço de Finanças de Góis. Trata-se de um pedido de parecer nos termos do art.º 54º da Lei nº 91/95 de 02 de setembro, com a redação dada pela Lei nº 165/99, de 14 de setembro, Lei nº 64/2003, de 23 de agosto e pela Lei nº 10/2008, de 20 de fevereiro no qual é referido que o aumento do número de



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

compartes não irá implicar parcelamento físico que vise infringir o regime legal dos loteamentos, conforme explanado na informação que se constitui como anexo II da presente ata.-----

-----No caso em apreço, trata-se de um prédio que vai servir de logradouro de outro prédio urbano que será igualmente adquirido no regime de compropriedade, e que de acordo com a informação jurídica, estamos perante uma situação que não pretende dissimular um parcelamento físico nem violar o regime legal de loteamentos urbanos, pelo que poderá ser deferida a pretensão da requerente. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e em conformidade com o plasmado na informação que constitui o anexo II da presente ata, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à constituição de compropriedade para o referido artigo matricial.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

**2.7 – ORÇAMENTOS DA EDP/EXTENSÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA -** A Câmara deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à contratação do serviço (EDP) relativo à extensão da rede de iluminação pública na freguesia de Alvares.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

**2.8 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE GÓIS** – Foi presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Utilização e Funcionamento do Pavilhão Gimnodesportivo de Góis, tendo a senhora Presidente dado a palavra ao senhor Vereador com o pelouro do Desporto.-----

-----Interveio o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, referindo que a proposta de alteração do aludido regulamento resulta dos pedidos de isenção que foram solicitados e por os normativos legais plasmados no regulamento se encontrarem revogados. Mais referiu, que o projeto de alteração



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

deste regulamento foi elaborado pelo Gabinete do Desporto em articulação com o Serviço Jurídico e de Contraordenações.-----

---- Continuou, referindo que as principais alterações visam colmatar as dificuldades que se verificaram nos processos de isenção, definir percentagem a isentar e as entidades e/ou instituições contempladas. -----

---- Interveio a senhora Presidente questionando se as propostas apresentadas não implicam a alteração aos preços praticados pela utilização do Pavilhão Gimnodesportivo, constantes na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais anexa ao Regulamento Geral das Taxas e Outras Receitas Municipais e qual a intervenção da DAG neste processo. -----

---- Dada a palavra à senhora Chefe de Divisão, Dra. Sara Mendes, referiu que a DAG, sob o ponto de vista financeiro não se pronunciou sobre esta alteração. Mais referiu, que dependendo das alterações ao tarifário que se pretendem efetuar será necessário reformular a fundamentação económico-financeira.-----

---- Interveio o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues referindo que esse ponto foi discutido com o grupo de trabalho, tendo sido da opinião do Serviço Jurídico e de Contraordenações que nos moldes em que a proposta foi apresentada, não será necessário proceder a alteração do Regulamento Geral das Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

---- Interveio a senhora Vereadora, Maria Helena Antunes Barata Moniz, que na sua opinião as dificuldades encontradas passam pela alteração do antigo artigo 4º devendo passar-se a delegar na Presidente da Câmara competência para situações não previstas no Regulamento em vigor. Chamou ainda a atenção para o disposto no artigo 25º, da proposta de Regulamento, relativo ao seguro de acidentes pessoais.- -----

---- A senhora Presidente solicitou a presença da jurista Dra. Ana Cristina Rosa, questionando sobre a proposta apresentada para a alteração do Regulamento Municipal de Utilização e Funcionamento do Pavilhão Gimnodesportivo de Góis.-

---- Dada a palavra, a jurista Dra. Ana Cristina Rosa informou que apresentou duas propostas em que uma não implica a alteração ao Regulamento de Taxas e



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

outras Receitas Municipais, mas sim do artigo 4º, do Regulamento de Utilização do Pavilhão Gimnodesportivo no sentido de delegar a decisão de eventuais isenções na Presidente da Câmara Municipal. -----

-----Interveio o senhor Vice-presidente referindo que a importância da receita no orçamento é irrisório, sugerindo que tal como a educação, a prática de desporto no Pavilhão Gimnodesportivo fosse gratuita. -----

-----Interveio o senhor Vereador, Engº Diamantino Jorge Simões Garcia sugerindo que a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Utilização e Funcionamento do Pavilhão Gimnodesportivo de Góis fosse dada a ler a alguma pessoa externa. -----

-----Interveio a senhora Presidente, referindo que a utilização das infraestruturas desportivas é graciosa para as instituições, estando em discussão a isenção da utilização da Sala de máquinas pelos atletas, cujo valor se traduz em 1.35€ por hora. Mais referiu, que todos os utilizadores do pavilhão poderiam ficar isentos de taxas, tal como sugeriu o senhor Vice-Presidente. No entanto gostaria que fosse analisado o reflexo desta medida na média da utilização da infraestrutura e nos custos associados. -----

-----Terminou, propondo que o assunto seja reagendado logo que seja apresentada proposta de alteração objetiva e clara do Regulamento Municipal de Utilização e Funcionamento do Pavilhão Gimnodesportivo de Góis e que evidencie em que situação funciona a “figura” da isenção de pagamento. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**2.9 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS/ANO 2015** - Foi presente a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2015, cuja cópia fiel constitui o Anexo III da presente Ata. -----

----- A senhora Presidente informou que a competência para a elaboração das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento é atribuída à Câmara Municipal, de acordo com o previsto na alínea c), do nº1, do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, sendo posteriormente submetida à Assembleia Municipal, até 31 de outubro de 2014, para efeitos de aprovação, conforme



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

previsto na alínea a), do nº1, da referida Lei, em articulação com o disposto no artigo 45º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI).-----

---- Mais informou que os documentos previsionais para 2015 foram elaborados de acordo com as regras previstas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei nº54-A/99 de 22 de fevereiro, com as alterações subsequentes, nomeadamente no que respeita ao cumprimento dos princípios contabilísticos e das regras previsionais. Além disso, obedece também ao preceituado sobre a matéria no RFALEI.-----

---- Continuou, referindo que pela primeira vez os documentos previsionais têm que ser aprovados pelo Executivo Municipal até ao dia 31.10.2014, pese embora o facto de a legislação continuar a manter os mesmos prazos para a Assembleia Municipal deliberar, isto é, o órgão deliberativo continua a ter a faculdade de aprovar os documentos previsionais até ao final de cada ano civil. -----

Mais referiu, que o facto da proposta de orçamento municipal ter que ser submetida à Assembleia Municipal até 31 de outubro não traz nenhum valor acrescentado, uma vez que as previsões orçamentais da receita, mas principalmente da despesa, podem ser substancialmente alteradas no último quadrimestre do ano da sua elaboração (2014), o que certamente trará implicações ao nível do processo de orçamentação do ano de 2015. Acresce ainda o facto, de que tal antecipação da elaboração dos documentos previsionais, não se traduz, para já, na comunicação antecipada dos mesmos à administração central, uma vez que a Assembleia Municipal tal como anteriormente referido, pode manter a aprovação dos referidos documentos para o final do mês de dezembro. -----

---- A senhora Presidente informou que para além dos documentos previsionais – Orçamento e Grandes Opções do Plano, este último composto pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelas Atividades Mais Relevantes (AMR) -, o Relatório passou também a contemplar uma panóplia de nova informação. Com a entrada em vigor do RFALEI, passou também a constar do Relatório um ponto



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

relacionado com a verificação do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, em que a receita corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações de empréstimos a médio e longo prazo e outro ponto com a descrição das responsabilidades contingentes, ou seja, com indicação dos processos judiciais que se encontram em curso e que poderão originar a assunção de compromissos financeiros para o Município. Continuou, referindo que, anexo ao Relatório, passaram a constar as Normas de Execução do Orçamento, os orçamentos dos órgãos e serviços do município com autonomia financeira e de outras entidades participadas, em relação às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo pelo município, elencando as entidades que se enquadram nesta situação (WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A., Associação Nacional de Municípios Portugueses, Associação Nacional de Municípios Portugueses com Centro Histórico e CIM-Região de Coimbra). Sobre este último ponto, acrescentou que, apesar de todas as entidades terem sido notificadas atempadamente para o envio dos respetivos orçamentos, até à data apenas a CIM-Região de Coimbra respondeu, dando conta que não dispunha dessa documentação, e que, por tal facto, não foi possível anexar essa informação ao Relatório, constando no mesmo, justificação de tal situação.-----

-----Mais informou, que também por imperativo legal, há um novo documento designado por Quadro Plurianual de Programação Orçamental, que deverá ser entregue aquando dos documentos previsionais. Contudo, para o ano a que se reporta (2015) o mesmo não faz parte integrante dos documentos em análise, por não estarem reunidas as condições legais à respetiva elaboração, uma vez que o RFALEI prevê a sua regulamentação, através de decreto-lei, a qual não foi publicada até à presente data. -----

-----A senhora Presidente prosseguiu, referindo que o orçamento para o ano de 2015 é no valor de 8.505.000 euros, sendo seguramente o mais baixo da última década, mas também o mais realista dos últimos anos. Neste contexto, fez referência à receita e à despesa corrente e de capital, enfatizando os valores



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

mais relevantes. No que concerne à receita corrente a mesma está calculada em 7.028.805€, sendo que 4.600.000€ são provenientes da Administração Central (FEF e FSM) e o restante de impostos diretos (IMI), indiretos, rendas, venda de bens e serviços e de outras receitas, tais como o IVA. -----

---- Relativamente à receita de capital, a senhora Presidente, informou que ronda 1,5 milhões de Euros sendo que 1/3 aproximadamente corresponde ao FEF e o restante a obras participadas (PRODER, MAISCENTRO, POVT).-

---- Relativamente à despesa, referiu que é fácil de enquadrá-la em cinco grandes grupos: despesas com o pessoal no valor de 3.085.350 euros; a aquisição de bens e serviços no valor de 2.249.050 euros, que inclui designadamente os encargos com transportes (Transdev) e combustíveis, tratamento de águas residuais (Águas do Mondego), iluminação pública e instalações municipais (EDP), recolha de resíduos sólidos urbanos (ERSUC); amortização de empréstimos a médio e longo prazo e respetivos juros que totalizam mais de 380.000 euros, lamentando não ter a mesma oportunidade que todos os autarcas tiveram de recurso à banca pois permitiria prever outros investimentos. -----

---- Continuou, referindo que o ano de 2015 será de alguma dificuldade, dando conta que a maioria Socialista considera que o Governo não se tem preocupado nem com os portugueses nem com as autarquias locais. Mais referiu, que o Município de Góis no ano de 2015 vai ter um aumento das transferências da Administração Central na ordem dos 178.000 euros, mas que a sua aplicação, em conjunto com o aumento do IMI que resulta da avaliação geral dos prédios urbanos a arrecadar em 2015, está condicionada por imperativo legal, ao pagamento da dívida a fornecedores e à redução do endividamento de médio e longo prazo do Município. Paralelamente, o Governo obriga o Município de Góis a contribuir com 51.000€ para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), o qual só favorece os Municípios que ultrapassaram os limites do endividamento e que fizeram investimentos para os quais não dispunham de receita. Sobre esta matéria, concluiu que a maioria das Câmaras Municipais no âmbito do acordado



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

com a Troika pela Administração Central deram um excelente contributo para a redução da dívida pública, sendo uma injustiça o facto de o aumento da receita estar pré destinado pelo Governo, num claro desrespeito pela Autonomia do Poder Local. Pelo exposto, importa realçar que o aumento da receita não pode ser destinado a investimentos no Concelho.-----

-----Prosseguiu a sua intervenção, referindo que o ano de 2015 é incerto, considerando o atraso do Quadro Comunitário de Apoio (2020),o que restringe a possibilidade de garantir novos investimentos. Referiu, no entanto, que existem obras que transitam de 2014 para 2015, como sejam, o Parque Municipal, as Infraestruturas de Apoio à Praia Fluvial do Sinhel, a Recuperação dos Espaços Públicos e Infraestruturas do Lournal – Espaços Públicos, a ETAR e a Estação Elevatória da Cabreira, o Reforço da Captação de Água no Rio Ceira, o Parque da Monteiro – Ciclo da Truta, Construção do Tanque de Defesa da Floresta Contra Incêndios no Cadafaz, que permitem o desenvolvimento do concelho, a promoção dos recursos endógenos e a valorização da floresta. Continuou, referindo que sendo o ano de 2015 um ano de incertezas, pode ser o ano de consolidação de alguns investimentos, tanto ao nível dos arruamentos como da rede de águas e saneamento.-----

-----Nesta matéria – águas e saneamento, a senhora Presidente enfatizou os investimentos que constam nas GOP nas localidades de São Martinho, Bordeiro, Ponte de Sótão, para além da necessária construção da ETAR do Colmeal e da requalificação/ampliação da ETAR de Alvares. Acrescentou que estes investimentos envolvem consideráveis meios financeiros, mas que se constituem como estruturantes para a qualidade de vida do concelho, pelo que a sua total concretização depende muito do eventual financiamento ao Município de Góis, no âmbito do designado programa “Ciclo Urbano da Água”.- -----

-----Referiu ainda, que tem sido preocupação da Maioria Socialista manter o apoio financeiro às Instituições do Concelho apesar da situação de fundos indisponíveis; preocupação que está patente nas GOP e Orçamento de 2015, considerando que a rubrica de transferências (capital e corrente) está dotada



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

com mais de meio milhão de Euros. Sobre esta matéria, acrescentou que a Maioria Socialista tem assumido compromissos sem fundos disponíveis, consciente das decisões que tem tomado na plena convicção de que a sustentabilidade de algumas instituições depende em grande parte do apoio da Câmara Municipal. -----

---- Mais referiu, que o ano de 2015 pode não ser um ano de grandes investimentos, mas pode ser o ano de contenção de alguma despesa, um ano de equilíbrio no sentido de voltar a uma situação de fundos disponíveis, reconhecendo que o alterar da política de apoio às instituições praticada até ao momento vai criar constrangimentos porquanto dificilmente conseguem manter o seu funcionamento, em particular os postos de trabalho, que em muitos casos são um excelente recurso para os serviços da competência do Município. Mais referiu, que a estratégia que vier a ser adotada para retomar a situação de fundos disponíveis deve ser inalterável, reconhecendo que cumpre a quem gere quer no plano ético, quer moral, deixar a Câmara Municipal nas melhores condições financeiras. Tal desiderato só é possível com contenção da despesa e, eventualmente com a não assunção de grandes investimentos. -----

---- Referiu ainda, que se aguarda a oportunidade do financiamento da Circular Externa do Carvalhal dos Pombos que em muito iria melhorar a situação financeira do Município. Relembrou que só naquela infraestrutura rodoviária o atual Executivo comprometeu cerca de 700 mil euros do orçamento municipal, sem qualquer financiamento até à presente data, sendo que totalizado o investimento entre 2005 e 2013 na circular externa, o mesmo rondará o milhão de Euros. -----

---- A senhora Presidente referiu que o Executivo Municipal tem a obrigação de passar a mensagem das dificuldades da Câmara Municipal em assumir os subsídios nos montantes atuais, mas também tem que desmistificar que algumas das verbas atribuídas às instituições têm como finalidade apoiar a integração de desempregados nas medidas sociais (CEI, CEI+, Estágios) bem como garantir um conjunto de postos de trabalho protocolados com o Município. -----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

----- Prosseguiu, referindo numa ótica de contenção das despesas que as Festas do Município decorrerão em 2015 nos mesmos moldes que decorreram em 2014 mantendo-se a Feira das Tasquinhas no Largo do Pombal, certame que além de ser francamente mais barato que a FACIG, não colide em termos de espaço físico com a Concentração Mototurística cuja realização para 2015 está prevista para os dias 13,14,15 e 16 de Agosto. -----

-----Apesar das dificuldades orçamentais ao nível da receita e considerando que há despesas cujo compromisso tem carácter fixo, foram contemplados novos investimentos, tais como a construção de cinco novos Tanques de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Folgosa, Roda Fundeira, Câpelo, Varzina e Amioso Cimeiro);-----

-----No que concerne à rede viária, com especial ênfase para a beneficiação de arruamentos do concelho, principalmente na União das Freguesias do Cadafaz e Colmeal e na Freguesia de Alvares estão associados meios financeiros na ordem dos 300 mil euros. As GOP, contemplam ainda a Revisão do PDM, despesa que está distribuída por três anos, mas que no ano de 2015 tem associados meios financeiros na ordem dos 55 mil euros, dos quais 30 mil destinam-se a Cartografia. -----

-----Está ainda contemplada a eventual aquisição do edifício Monteiro Bastos, não para aumentar o património da Câmara Municipal, mas para proceder à sua recuperação, no âmbito do novo Quadro Comunitário (Portugal 2020). A finalidade deste futuro investimento será para a instalação de cuidados diferenciados e ou continuados ou para fins turísticos, opção que será tomada em função das possibilidades de financiamento contempladas no novo Quadro Comunitário de Apoio. O objetivo é recuperar o imóvel, criar postos de trabalho e permitir a fixação dos jovens no concelho de Góis. -----

-----Referiu ainda, que consta do orçamento uma rubrica que se destina à eventual renegociação da parcela da Quinta do Baião vendida à ADIBER. O objetivo que presidiu à alienação da referida parcela não está a ser cumprido e o que se pretende não é naturalmente prejudicar a ADIBER, mas sim defender o



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

interesse público e municipal. Há dificuldades por parte da ADIBER em concretizar o Projeto na área do Agroturismo, pelo que o Município pode ser parceiro num futuro investimento , ou, em caso de retorno para o património Municipal da parcela alienada, poderá haver eventuais interessados na sua aquisição implementando um Projeto Turístico que crie postos de trabalho. -----

---- Continuou, referindo que mesmo com pequenos investimentos, dar-se-á continuidade à matriz Socialista, reforçando-se o investimento nas Pessoas, nas famílias, nas medidas de apoio ao emprego, na potenciação do tecido empresarial local, num ano em que existe um agravamento do IMI.-----

---- Usou da palavra o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referindo que antes de falar dos documentos previsionais gostaria de registar a forma “desassombrada” como a senhora Presidente falou em alguns temas que foram “tabú” durante alguns meses. Mais referiu, que viu sinceridade na sua intervenção, nomeadamente sobre as preocupações relativas aos fundos disponíveis e à cláusula de reversão com a ADIBER sobre a Quinta do Baião. --

---- Informou ainda, que a análise dos documentos previsionais foi feita em conjunto com a senhora Vereadora, Maria Helena Antunes Barata Moniz, pelo que irá intervir em nome do Grupo de Eleitores Independentes por Góis.-----

---- Continuou, referindo que um orçamento é uma previsão da utilização das receitas em projetos que se consideram estruturantes para o concelho. No seu entendimento os valores das receitas apresentados estão empolados, recordando que no ano de 2014 a rubrica referente à venda de imóveis era de 738.000 euros, e que agora por força da lei passou para 85.000 euros, continuando a acreditar que esta receita está inflacionada.-----

---- Questionou sobre a alteração que ocorreu nos impostos indiretos que, em 2015 viu o valor orçado duplicar em relação a 2014 e o valor dos rendimentos de propriedade com um aumento de 27%. -----

---- Mais referiu, que espera que a Câmara Municipal seja beneficiada com a comparticipação do MaisCentro relativamente à empreitada da Circular Externa do Carvalhal dos Pombos, não esquecendo que o valor dessa mesma



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

comparticipação está já previsto nas receitas, e portanto reflete-se a possibilidade de fazer despesas contemplando já essa verba. Caso a obra não venha a ser participada com esta receita, será mais um corte que se fará sentir, havendo menos dinheiro para investimento. Considera que há receitas que não são realizáveis. -----

-----Continuou, referindo que não havendo receita não poderá realizar-se despesa, considerando a explanação da senhora Presidente completa e difícil de argumentar, sobre algumas despesas que se constituem como necessidades fixas e que obrigam naturalmente a ter associados os respetivos meios financeiros. Mais referiu, que sabendo que o consideram insensível com as pessoas, fica apreensivo que num orçamento de pouco mais de 8 milhões de euros, 36% sejam despesas com o pessoal. Referiu ainda, que não se aumentou significativamente o Mapa de Pessoal, mas não pode deixar de referir que as despesas com o Gabinete de Apoio à Presidência aumentaram, considerando que são estas opções que se refletem no orçamento. -----

-----Relativamente ao Mapa de Pessoal, considera que está mais ou menos “fixo”, mas ao serviço da Câmara Municipal está muito mais gente do que aqueles que fazem parte do Mapa de Pessoal. Referiu ainda, que a senhora Presidente afirmou que existem pessoas contratadas através de instituições e estão ao serviço da Câmara Municipal, não escondendo a sua apreensão sobre a legalidade dessa situação. Continuou, referindo que a situação de emprego no concelho é uma preocupação de todos os Vereadores, mas principalmente a sustentabilidade deste tipo de situação, fazendo referência ao artigo publicado no Semanário “O Expresso” de 25.10.2014 cujo título é “*60 mil trabalham para o Estado sem férias nem salário*”, sendo que a título mais pequeno referia que “*Queixa entregue à Organização Internacional do Trabalho que Portugal está a usar desempregados de forma abusiva para tapar buracos na Administração Pública*”. -----

-----Ainda sobre este assunto, o senhor Vereador, Engº Diamantino Jorge Simões Garcia referiu-se às contratações através de medidas de emprego que



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

deveriam ser pontuais e a curto prazo. Mais referiu, que existem empresários e instituições que despedem trabalhadores do seu Mapa de Pessoal para depois recorrerem a este tipo de medidas para substituir os trabalhadores que despediram, situação que no seu entendimento é imoral e ilegal. Ainda sobre o artigo, explicou que estes trabalhadores não têm direito a férias, recebem uma bolsa mensal, subsídio de refeição e subsídio de desemprego. Considera este “esquema” do interesse do Governo porque baixa o índice de desemprego do país, sem esquecer que existem pessoas que não deveriam estar a desempenhar determinadas funções por não terem as devidas qualificações. ---

---- Considera que existe pessoal a mais, não se referindo aos trabalhadores do Mapa de Pessoal mas à panóplia de pessoas que estão ao serviço da Câmara Municipal, sendo difícil de as integrar, acompanhar e coordenar. -----

---- Relativamente às opções de utilização das receitas, referiu que essas não seriam as dos Vereadores do Grupo Independentes por Góis, mas quando se verifica que para as funções gerais são 31%, as funções sociais 34% e para as funções económicas 27%, parece que existe um orçamento controlado e bem dividido. Quando se analisam as Grandes Opções do Plano percebe-se que se está completamente “amarrado”, sentindo sinceridade nas palavras da senhora Presidente. -----

---- Fez alusão ainda ao facto de fazer parte integrante das GOP, a revisão do PDM que sendo de carácter obrigatório tem associado um investimento até 2017 porque não há dinheiro para o fazer mais rápido. Realça ainda o investimento de 25.000 euros para a requalificação do pré-escolar de Vila Nova do Ceira. -----

---- O senhor Vereador, Engº Diamantino Jorge Simões Garcia, continuou a sua intervenção referindo-se à verba “Diversas não especificadas” das GOP, com um crescimento de 900%. Lamentou a abertura de rubricas com verbas irrisórias e que não têm continuação, dando como exemplo o Parque de Lazer das Cortes, Largo da Cabreira, o Adro de Vila Nova do Ceira, a Av. Padre Dr. António Dinis e a Praia Fluvial de Ponte do Sótão. Por outro lado, congratula-se pelo facto do projeto de Infraestruturas de apoio à Praia Fluvial do Sinhel avançar. -----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

-----Continuou, considerando que existe uma diminuição de 20% na rubrica de limpeza dos aceiros. -----

-----Relativamente ao forte investimento nos arruamentos do programa Transportes Rodoviários, considerou que existe uma grande diferença entre os arruamentos e a rede viária e que a rede viária vai chegar a um ponto que será difícil de reparar sem um investimento avultado. -----

-----Terminou, referindo que o Grupo de Independentes por Góis irá votar contra a proposta de documentos previsionais, compreendendo as dificuldades da senhora Presidente, considerando que a postura adotada agora para o ano de 2015 já deveria ter sido tomada anteriormente, com a noção de realidade francamente patenteada. -----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues, iniciando a sua intervenção referindo que os documentos previsionais estão fortemente condicionados por legislação e normativos legais emanados principalmente por este governo.-----

-----Mais referiu, que as grandes restrições que se têm verificado desde 2010 são ao nível dos recursos humanos e da diminuição de transferências da administração central para a administração local, limitando cada vez mais o investimento nestes territórios. -----

-----Continuou, referindo que os orçamentos são cada vez mais realistas, e que quando o senhor Vereador, Eng.º Diamantino Jorge Simões Garcia afirmou que existe abertura de rubricas com pouca dotação orçamental, na verdade tal facto acontece devido aos vários exemplos que deu anteriormente, das restrições que têm sido impostas às autarquias locais, considerando que apesar disso as verbas estão distribuídas equitativamente pelas diversas rubricas. -----

-----Prosseguiu, referindo que a proposta de Orçamento de Estado para o ano de 2015 irá trazer alguns benefícios fiscais, nomeadamente ao nível do IMI e IRS, embora não sendo significativo, quer na vida dos Municípes quer na gestão dos Municípios. -----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

---- Relativamente ao Município de Góis referiu, que no seu ponto de vista o orçamento é realista face às condicionantes que não permitem fazer grandes obras. Concluiu, referindo que o Município de Góis irá continuar a estar atento ao novo Quadro Comunitário, pois só com o apoio dos Fundos Comunitários se conseguirá aumentar o grau de investimento público e fazer algumas obras estruturantes para o concelho. -----

---- Interveio o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia referindo que com a elaboração destes documentos previsionais o sonho e a ilusão desapareceram completamente. Considera que o sonho e a ilusão existente em orçamentos anteriores eram importantes por serem indicadores da ambição e da vontade em realizar grandes obras estruturantes para o concelho. -----

---- Mais referiu, que após ouvir atentamente a intervenção do senhor Vereador Engº Diamantino Jorge Simões Garcia, ficou surpreso com os argumentos que teve de arranjar para poder justificar o sentido de voto dos Vereadores da Oposição. -----

---- Continuou, referindo que os documentos previsionais apresentados são fruto de um governo implacável, que tem retirado autonomia às autarquias locais. Mais referiu, que o trabalho de 2015 não se esgota no que está plasmado no orçamento, porquanto existe um trabalho que tem vindo a ser realizado e que vai continuar a ser feito, mesmo não sendo evidenciado nas GOP,s -----

---- Prosseguiu, referindo que muitas são as vezes que se procuram soluções nos fundos comunitários esquecendo-nos por vezes de olhar para os potenciais recursos existentes no concelho de Góis. Deu como exemplo a necessidade de procurar mais locais no concelho para aproveitamento da energia eólica; a concessão da Mini Hídrica de Monte Redondo que o Governo abandonou, recurso que pode ser potenciado; o Parque da Oitava que pode ser rentabilizado com um plano de gestão florestal; a valorização dos ativos da Carvalhinha; a necessidade de alertar o governo para o potencial do concelho ao nível dos recursos mineiros. -----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

-----Continuou referindo que a despesa que ocorreu em 2014 inerente aos arruamentos e rede viária não reflete o trabalho feito, tendo em conta que neste ano pagaram-se pavimentações realizadas há cinco anos, para os quais no corrente ano foram necessárias mais de 180 mil euros. -----

-----Terminou, fazendo um convite a todo o Executivo, aos Munícipes e Instituições que se mobilizem para aproveitar os recursos que o Concelho oferece, questionando o papel da Administração Central que tem abandonado estes territórios, nomeadamente ao nível florestal. -----

-----Dada a palavra à senhora Chefe de Divisão, Dra. Sara Mendes, foram prestados os seguintes esclarecimentos relativamente às dúvidas levantadas pelo senhor Vereador, Eng.º Diamantino Jorge Simões Garcia:-----

-----Na elaboração dos documentos previsionais teve-se em consideração a legislação em vigor, com especial destaque para o cumprimento das regras e princípios orçamentais previstos no POCAL, as alterações já elencadas pela senhora Presidente introduzidas pelo RFALEI e uma nova norma constante na Lei do Orçamento de Estado para 2014 que prevê que, ao nível da receita, mais concretamente nas verbas a considerar na venda de bens de investimento, não pode ser orçamentada receita respeitante à venda de imóveis em montante superior à média desta receita arrecada nos últimos três anos que precedem à elaboração do orçamento. -----

-----Relativamente aos impostos indiretos explicou que trata-se de uma rubrica que está sujeita a uma regra previsional que é a média da receita efetivamente arrecadada nos 24 meses que precederam a elaboração do orçamento e que efetivamente teve um aumento de 120,49 % que correspondem a pouco mais de 7.000 euros. Prosseguiu, justificando que este aumento se deve ao facto de a partir do ano de 2013, a tarifa de disponibilidade e a tarifa fixa de saneamento associadas aos contratos de prestação de serviços de águas e resíduos relacionados com atividades produtivas (comércio e indústria), terem deixado de ser contabilizados na rubrica Taxas, Multas e Outras Penalidades e passaram a ser contabilizados na rubrica Impostos Indiretos. -----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

---- Em relação ao aumento das rubricas dos Rendimentos de Propriedade referiu que o mesmo se deve à introdução da previsão de receita a arrecadar no ano de 2015 relacionada com o arrendamento da Carvalhinha, cuja proposta (peças de procedimento) já se encontra concluída. -----

----- Quanto ao aumento de 900% do programa das GOP “Diversas não Especificadas”, a senhora Chefe de Divisão referiu que nas GOP do ano de 2014 foram criados dois projetos (“Núcleo Empresarial e Comercial do Ceira” e “Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Capacitação do Território”) com uma dotação total de 15.000 euros e que esse montante ao longo de 2014 (setembro) foi reduzido para 2.000 euros. Considerando que em 2015 estes mesmos projetos estão dotados, no seu conjunto com 20.000 euros, verifica-se que, face ao orçamento inicial de 2014, em 2015 regista-se um aumento no programa em causa de 33,33% (+5.000 euros) e um aumento face ao orçamento corrigido de 2014 em 900% (+18.000 euros). -----

---- O senhor Vereador, Eng.º Diamantino Jorge Simões Garcia solicitou esclarecimentos sobre as transferências de capital descritas no Relatório, em que está explanado que, para algumas obras se preveja o recebimento de verbas da administração central em paralelo com verbas de fundos comunitários, questionando se existem obras a ser financiadas em duplicado. -----

---- Dada a palavra à Senhora Chefe da DAG, Dra. Sara Mendes, explicou que existem participações cujo financiamento inclui as duas componentes, ou seja, do valor total financiado parte provém efetivamente de fundos comunitários e parte provém da administração central e, sendo as rubricas orçamentais diferentes em ambos os casos, é necessário em termos de orçamento fazer essa discriminação, reafirmando que não há nem podia haver projetos com financiamentos duplicados. -----

---- Interveio a senhora Presidente lamentando o sentido de voto dos Vereadores eleitos pelo Grupo de Eleitores Independentes por Góis, considerando ser um contrassenso tendo em conta que no passado houve documentos previsionais menos realistas e mais empolados e que tiveram outro



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

sentido de voto, comungando da dificuldade do senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia em perceber os argumentos expostos pela Oposição. Mais referiu, que o sentido de voto contra parece-lhe uma estratégia política que servirá para se demarcarem completamente das responsabilidades com estes documentos. -----

Prosseguiu, dando conta que ainda acredita que o ano 2015 será mais positivo do que possa ter dado a entender na sua intervenção inicial, pois os documentos ora apresentados foram tratados com pouca ambição mas de forma realista. Mais referiu, que quando a maioria Socialista é acusada de abandonar obras como o Parque de Lazer das Cortes, o Largo da Cabreira, o Adro de Vila Nova do Ceira, a Av. Padre Dr. António Dinis, relembrou que o Mandato tem a duração de quatro anos. -----

-----Continuou, referindo que a Oposição não acompanha as mudanças ou não quer ver a realidade, porquanto é um facto que no Mandato de 2009-2013 não foi feito um investimento na rede viária, mas também é um facto que no mandato 2005-2009 tinha havido um investimento de mais de meio milhão de euros, pelo que tinha de haver uma grande justificação para que no Mandato seguinte voltasse a investir-se na pavimentação do concelho. Mais referiu, que a rede viária está degradada, mas que é justo, que se lembre que fatores externos ao Município contribuíram grandemente para esta mesma degradação, como foi o incêndio de 21.08.2013, que danificou a pavimentação que havia sido feita nas Roda Cimeira e Fundeira. -----

-----Continuou, referindo que é de inteira justiça lembrar que cada vez são impostas mais responsabilidades às Câmaras Municipais mas que não se fazem acompanhar do devido reforço de meios financeiros. Mais referiu, que é impossível continuar a assegurar a rede dos transportes escolares com uma frota automóvel obsoleta e que acarreta enormes despesas de manutenção, ressaltando que é urgente o investimento na aquisição de viaturas particularmente destinadas a transportes escolares sem esquecer que na área do ambiente e salubridade há que substituir o equipamento existente, cujo



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

investimento ascende a mais de 90.000€, dando como exemplo a necessidade urgente de adquirir um limpa fossas, constando do orçamento uma parte dos meios financeiros necessários para este fim. -----

---- A senhora Presidente referiu que na Proteção Civil e na intervenção das florestas para 2015, não há redução de verbas, fundamentando a sua afirmação na rubrica constante no orçamento de apoio à ADESA no qual está contemplado o serviço de abertura e limpeza de caminhos e aceiros. Acrescentou que é expectável que o Novo Quadro Comunitário de Apoio tenha meios financeiros destinados exclusivamente à valorização e proteção da floresta. -----

---- Quanto aos investimentos na área da Educação, a senhora Presidente informou que de acordo com documento enviado pela CIM- Região de Coimbra, existe a possibilidade de apresentar candidaturas para equipamentos escolares, sendo que o Orçamento para 2015 prevê uma dotação destinada a requalificação do Jardim de Infância e EB de Vila Nova do Ceira, prevendo-se uma eventual integração do Pavilhão ali existente que embora não sendo propriedade do Município, há seguramente a possibilidade de protocolar a cedência com a Casa do Povo de Vila Nova do Ceira. Disse ainda, que recentemente o Jardim de Infância de Vila Nova do Ceira foi intervencionado, tendo atualmente melhores condições, porquanto foi substituído o soalho, requalificadas as instalações sanitárias e, em breve, serão substituídas as janelas.-----

---- Relativamente às despesas com pessoal, a senhora Presidente referiu não aceitar as acusações do senhor Vereador Engº Diamantino Jorge Simões Garcia, atendendo a que a Câmara Municipal ao investir em infraestruturas e equipamentos coletivos, tem necessariamente mais despesa associada, tanto ao nível do funcionamento como ao nível dos recursos humanos, dando como exemplo a Casa da Cultura de Góis e o Campo de Futebol Engº Augusto Nogueira Pereira.-----

---- Ainda sobre as despesas com pessoal, a senhora Presidente lembrou que o Contrato de Execução celebrado com o Ministério da Educação obrigou a



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

Câmara Municipal a integrar no seu Mapa de Pessoal cerca de 36 Assistentes Operacionais. Disse ainda que há encargos que são competência do Ministério da Educação e que estão a ser assumidos pela Câmara Municipal, dando como exemplo o funcionamento da Residência de Estudantes, cuja dívida ao Município por parte da DGESTE já ultrapassa os 50.000€. -----

-----Mais referiu, que a atual Maioria da Câmara até à presente data não denunciou o aludido Contrato de Execução, pois tem clara consciência que o Ministério da Educação não manteria o atual número de postos de trabalho, lançando eventualmente algumas pessoas no desemprego.-----

-----Prosseguiu, contrariando as afirmações do senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia no que diz respeito às despesas com o Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e o efeito nas despesas com pessoal para 2015, porquanto este Executivo e o GAP são seguramente os menos onerosos até à presente data, uma vez que a Presidente da Câmara, o Vice-Presidente e o Chefe de Gabinete, já eram recursos humanos do Município, auferindo atualmente a diferença do vencimento legitimada pelos cargos que ocupam. -----

-----Referiu ainda, que a proposta de Orçamento e as GOP para 2015 apresentadas pela Maioria Socialista é a mais coerente, esperando outra solidariedade por parte dos Vereadores da Oposição, que ao invés de votarem contra a proposta apresentada, deviam votar contra as medidas impostas pelo Governo, particularmente a imposição do Fundo de Apoio Municipal (FAM) e o destino das verbas provenientes do aumento do IMI e das transferências. Acrescentou ainda que ao invés do voto contra, podia a oposição apresentar sugestões ou projetos.-----

-----A senhora Presidente terminou a sua intervenção reafirmando o seu compromisso de tudo fazer para que a Câmara Municipal volte a uma situação de fundos disponíveis, lamentando ao mesmo tempo que uma parte da Governação Local esteja a ser feita pelo Governo Central, quando impõe regras e procedimentos, que claramente violam a autonomia do Poder Local. -----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

---- A Câmara tomou conhecimento, e aprovou por maioria, com os dois votos contra dos Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, os documentos previsionais para o ano de 2015.-----

---- Em conformidade com o disposto na alínea c) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou por unanimidade submeter o presente assunto à Assembleia Municipal para deliberação. -----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

**2.10 – MAPA DE PESSOAL/ANO 2015** - A senhora Presidente informou que com a entrada em vigor da Lei nº35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), é obrigatória uma planificação da atividade e dos recursos do Município. Em termos de recursos humanos essa planificação passa pela elaboração de um mapa de pessoal que contém a indicação do número de postos de trabalho de que o Município necessita para o desenvolvimento das atividades contempladas tanto no Orçamento Municipal como nas Grandes Opções do Plano. -----

---- Mais informou, que o mapa de pessoal dos órgãos ou serviços abrangidos pela LGTFP, de entre os quais se encontra o Município de Góis, será o que vier a ser aprovado pela Assembleia Municipal, entidade competente para a aprovação da proposta de Orçamento Municipal, nos termos do disposto no nº4 do artigo 29º, em articulação com o disposto no artigo 3º do Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis nºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro.-----

---- Informou ainda, que nos termos do artigo 29º da LGTFP, os mapas de pessoal contêm a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; do cargo ou da carreira e categoria que lhe correspondam; dentro de cada carreira e ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular e do perfil de competências transversais da respetiva carreira e, ou,



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

categoria, complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho. -----

-----Referiu ainda, que os postos de trabalho pressupõem um conjunto de tarefas destinadas à concretização de um objetivo laboral predeterminado, com aptidões, exigências e responsabilidades específicas, tendo em conta a unidade orgânica em que estão inseridos. As funções a desempenhar pelos trabalhadores, são assim determinadas por um conjunto de tarefas integradas em postos de trabalho inseridos em unidades de trabalho diferenciadas, com características semelhantes quanto a aptidões, exigências e responsabilidades inerentes à concretização das referidas tarefas, ainda que variem os meios e algumas condições gerais, ambientais ou de organização. A atividade que cada trabalhador exerce, não prejudica o exercício de funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha qualificação profissional adequada, mesmo que não descritas, no conteúdo funcional das carreiras gerais (Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional) ou das carreiras subsistentes ou não revistas (Informática, Fiscal Municipal e Fiscal de Leituras e Cobranças), ou das atribuições, competência ou atividade do posto de trabalho, nomeadamente sempre que a execução de tarefas inerentes a cada uma das atividades, implique deslocações em serviço, deverão ser asseguradas pelo próprio trabalhador, desde que esteja habilitado com carta de condução. -----

-----A senhora Presidente apresentou a proposta do Mapa de Pessoal para o Ano de 2015, cuja cópia fiel constitui o Anexo IV da presente Ata, no qual consta o número de postos de trabalho existentes e a criar, indicando ainda o tipo de relação jurídica de emprego público e a caracterização do respetivo posto de trabalho. -----

-----Mais referiu que os 21 postos de trabalho a criar são uma previsão daquilo que entenderam ser os recursos humanos necessários, para responder cabalmente ao exercício das competências do Município, sem prejuízo de se dar



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

cumprimento às limitações previstas na Proposta de Orçamento de Estado para o ano de 2015, relativamente à gestão de pessoal nos municípios. -----

---- Referiu ainda, que os 21 lugares previstos são: 5 assistentes operacionais (vigilantes florestais), 3 assistentes operacionais (nadadores salvadores), 8 assistentes operacionais (auxiliares de educação), de forma que se continue a assegurar os Jardins de Infância e 1º Ciclo, que são competência da Câmara Municipal, uma vez que os atuais contratos terminam definitivamente no decurso de 2014, 1 dirigente (chefe de divisão) para a Divisão de Gestão Urbanística, Planeamento e Ambiente (DGUPA) e estão também contemplados 4 postos de trabalho para dar provimento aos procedimentos concursais que foram aprovados em sede dos órgãos autárquicos no passado mês de setembro, mas cujos procedimentos não estão concluídos antes do final do ano de 2014 (1 técnico superior – arquitetura -, 2 assistentes operacionais – cantoneiros de limpeza – e 1 assistente operacional – coveiro). -----

---- Em suma, os 21 postos de trabalho com a designação “a criar” para o ano de 2015, não se constituem como aumento da despesa para 2015, porquanto estão ou estiveram preenchidos durante o ano em curso. -----

---- A Câmara tomou conhecimento e em conformidade com o disposto na alínea ccc), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, com a abstenção da senhora Vereadora, Maria Helena Antunes Barata Moniz, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2015. -----

---- Nos termos previstos na alínea a) do nº2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis nºs 3-B/2010, de 28 de abril e 66/2012, 31 de dezembro e na alínea o) do nº1 do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou por unanimidade remeter o presente assunto à Assembleia Municipal para deliberação. -----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

**2.11 – ORÇAMENTAÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL/ANO 2015** - Foi presente a proposta de Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal para o ano de 2015, que constitui-se como o Anexo V da presente Ata. -----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

-----A senhora Presidente informou que o presente documento foi elaborado tendo em consideração a seguinte legislação: -----

-----O Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis nºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro que adapta à administração autárquica o disposto na Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-A/2011, de 30 de dezembro, 66/2012, de 31 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro pelo Decreto-lei nº 47/2013, de 5 de abril e pela Lei nº 80/2013, de 27 de novembro (Lei de Vínculos Carreiras e Remunerações – LVCR), entretanto revogada (parte) pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), regula, entre outras matérias, as questões relacionadas com a gestão de recursos humanos.-

-----Mais referiu que apesar da revogação da LVCR, os nº 2 e 3 do artigo 42º da LGTFP mantém em vigor os regulamentos publicados ao abrigo da legislação revogada, quando existia igual habilitação legal na LGTFP e, todas as referências efetuadas a esses diplomas revogados, entendem-se as feitas para as correspondentes normas da LGTFP. -----

-----Estabelece então, o nº2 do artigo 2º do Decreto-lei nº 209/2009, de 3 de setembro, que as referências feitas na Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro (agora LGTFP), ao membro do Governo ou ao dirigente máximo do serviço ou organismo, consideram-se efetuadas, nos municípios, ao Presidente da Câmara Municipal. -----

-----Mais referiu, que o Decreto-Lei em apreço atribui ao órgão Executivo uma panóplia de competências relacionadas com a gestão de recursos humanos em função do mapa de pessoal e com a orçamentação e gestão das despesas com pessoal, (artigos 4º, 5º, 7º, 8º e 13º) que, naquela Lei estão atribuídas ao dirigente máximo do serviço.-----

-----Referiu ainda que no concreto e no que ao presente importa:-----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

---- a) o que determina o nº2 do artigo 5º daquele Decreto-Lei, em matéria de orçamentação e gestão das despesas com pessoal que, *“Compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos encargos: a) Com recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados nos mapas de pessoal e, ou; b) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções; c) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço”*; -----

---- b) Conexamente: -----

---- O que estabelece o artigo 7º do mesmo diploma que *“Tendo em consideração as verbas destinadas a suportar o tipo de encargos previstos na alínea b) do nº2 do artigo 5º, o órgão executivo delibera sobre os encargos a suportar decorrentes de alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores do órgão ou serviço”* fixando *“fundamentadamente, aquando da elaboração do orçamento, o montante máximo, com as desagregações necessárias dos encargos que o órgão se propõe suportar, bem como o universo das carreiras e categorias onde as alterações do posicionamento podem ter lugar”*;-----

---- O que estatui ainda o artigo 13º do mesmo Decreto-Lei, relativamente à alínea c) do nº 2 do artigo 5º que o órgão executivo fixa *“fundamentadamente, o universo dos cargos e o das carreiras e categorias onde a atribuição de prémios de desempenho pode ter lugar, com as desagregações necessárias do montante disponível em função de tais universos”*.-----

---- Face ao exposto, a senhora Presidente propôs ao Executivo que deliberasse para efeitos do estabelecido na alínea a) do nº2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de setembro, a afetação, no ano de 2015, do montante máximo de 105.108,55 € (cento e cinco mil, cento e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos) para recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados, de acordo com o mapa de pessoal a aprovado, repartido pelas seguintes carreiras e categorias:-----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

| Carreira               | Categoria              | Valor       |
|------------------------|------------------------|-------------|
| Dirigente              |                        | 14.792,39 € |
| Técnico Superior       | Técnico Superior       | 21.636,16 € |
| Assistente Operacional | Assistente Operacional | 68.680,00 € |

-----A senhora Presidente referiu ainda que para efeitos do estabelecido na alínea b) do nº2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de setembro, para o ano de 2015, não se propõe qualquer montante para alterações de posicionamento remuneratório (obrigatórias, gestionárias ou excepcionais) uma vez que se prevê, no seguimento do ocorrido desde 2011, que continue a estar vedado ao Município proceder a algum acréscimo remuneratório por esta via. --

-----Mais referiu, que para efeitos do estabelecido na alínea c) do nº2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de setembro, para o ano de 2015, não se propõe qualquer montante destinado à atribuição de prémio de desempenho, uma vez que se prevê, no seguimento do ocorrido desde 2011, que continue a estar vedado ao Município proceder a algum acréscimo remuneratório por esta via (com exceção do ano de 2014, em que o Orçamento de Estado permite a possibilidade de atribuição de prémios de desempenho com limite de 2% dos trabalhadores do serviço, desde que cumpridos determinados requisitos). -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com quatro votos a favor e a abstenção da senhora Vereadora, Maria Helena Antunes Barata Moniz, aprovar a proposta de Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal para o ano de 2015.-----

**2.12 - PARECER PRÉVIO GENÉRICO/COMUNICAÇÃO MENSAL DA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS** - A senhora Presidente informou o Executivo, sobre as aquisições de serviços referentes ao mês de setembro, conforme deliberação datada do dia catorze de janeiro do ano de 2014. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**2.13 - EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/DIVERSOS** - A senhora Presidente referiu que por força das normas emanadas pela Lei nº83-C/2013, de 31 de dezembro,



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

que aprovou o Orçamento do Estado para 2014 (LOE/2014), mais concretamente do disposto no nº1 do seu artigo 73º, resulta que a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2013, por parte das autarquias locais, sujeito à redução remuneratória prevista no artigo 33º do mesmo diploma. Referiu ainda, que determinam ainda os nºs 4 e 11 do já referido artigo 73º que, todas as aquisições de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença ou, cujo objeto seja a consultadoria técnica, contratadas pelas entidades abrangidas pela aplicação da Lei nº12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66/2012, de 31 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº47/2013, de 5 de abril (Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações – LVCR) e pela Lei nº80/2013, de 27 de novembro, em articulação com o nº1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis nºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, estão sujeitas à emissão de parecer prévio vinculativo por parte do órgão executivo, tendo elencado quais as condições para a sua emissão. -----

---- Face ao exposto, a senhora Presidente deu conhecimento que o Município pretende proceder à contratação de serviços diversos, tendo dado conhecimento dos mesmos, cuja cópia constitui o anexo VI da presente Ata. -----

---- A Câmara tomou conhecimento e após análise deliberou por maioria, com três votos a favor e dois votos contra dos senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, emitir parecer prévio favorável à contratação de serviços constantes no anexo VI da presente Ata. -----

---- Os Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes Por Góis fundamentaram o seu sentido voto, por considerarem que não poderão ser realizadas despesas não havendo fundos disponíveis para o efeito. -----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

**2.14- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** - A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria, do dia vinte e oito de outubro do ano em curso, no montante de um milhão, duzentos e treze mil, duzentos e sessenta e um euros e setenta e um cêntimos. -----

**2.15 - DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**- A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências de capital, datado do dia vinte e três de outubro do ano em curso.-----

-----A senhora Presidente informou não existirem fundos disponíveis para assumir os compromissos decorrentes das transferências, de forma a dar-se pleno cumprimento ao disposto no artigo 5º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso). -----

-----A senhora Presidente informou, que o subsídio de capital aprovado destinase a apoiar financeiramente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis na aquisição de equipamento (ambulância). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e após análise deliberou por maioria, com três votos a favor e dois votos contra dos senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, aprovar a transferência de capital, no montante de dois mil euros, cujo documento constitui o anexo VII da presente Ata. -----

-----Os senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis fundamentaram o seu sentido de voto, por considerarem que não se poderá realizar despesa sem fundos disponíveis. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

**2.16 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**  
A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia vinte e três de outubro do ano em curso.-----

----- A senhora Presidente informou não existirem fundos disponíveis suficientes para assumir os compromissos decorrentes das transferências, de forma a dar-



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

se pleno cumprimento ao disposto no artigo 5º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso). -----

---- Os subsídios aprovados destinam-se a apoiar financeiramente a manutenção corrente/funcionamento à Associação Educativa e Recreativa de Góis, ADIBER, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis, ADESA e Lousitânea; Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Góis (manutenção do Centro Municipal de Saúde e Ação Social de Góis).-----

---- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com três votos a favor e dois votos contra dos senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis aprovar as transferências correntes, no montante de quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta euros, cujo documento constitui o anexo VIII da presente Ata.-----

---- Os senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis referiram que o seu sentido de voto consubstancia-se na fundamentação apresentada no ponto anterior. -----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

**3 – APROVAÇÕES EM MINUTA – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR/ CLDS/RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINAL/ ANMP/SECÇÃO DE MUNICIPIOS DE BAIXA DENSIDADE E DO MUNDO RURAL/ ORÇAMENTOS DA EDP/EXTENSÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/ DOCUMENTOS PREVISIONAIS/ANO 2015/ MAPA DE PESSOAL/ ANO 2015/ EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/DIVERSOS / DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL / DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES -----**

**4- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Usou da palavra o senhor Dr. Miguel Ventura, Presidente da ADIBER, agradecendo as palavras do Executivo para com a instituição que preside, relativamente ao Relatório de Execução Final do CLDS, referindo que a equipa julga ter atingido os propósitos do programa, reconhecendo o voto de confiança dado pelo Executivo quando permitiu que a



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

ADIBER fosse a Entidade Executora deste projeto. Relativamente ao CLDS+, referiu que este projeto está previsto no Acordo de Parceria, no POPH, estando a ADIBER predisposta a efetuar candidatura. -----

-----Deu ainda conta, que a ADIBER está a ultimar a candidatura ao Programa Escolhas, não estando muito espectáveis tendo em conta que o programa está vocacionado para meios urbanos. -----

-----No âmbito da Quinta do Baião, o senhor Presidente da ADIBER referiu que estão aguardar pelas novas oportunidades do Quadro Comunitário 2020 e eventuais possibilidades de financiamento para poderem avançar com o projeto que têm para aquele espaço. Mais referiu, que a ADIBER estará disponível para dialogar com a Câmara Municipal, e em conjunto, delinear a melhor estratégia para a rentabilização daquele espaço, em prol do interesse Municipal. -----

-----Relativamente ao Orçamento e às GOP, congratulou-se pela vertente solidária estar presente vindo colmatar algumas lacunas que existem na nossa sociedade. Terminou a sua intervenção, agradecendo à senhora Presidente a proposta de atribuição da medalha de mérito, e ao Executivo pela sua aprovação, referindo que a ADIBER trabalha em conjunto com as outras instituições, todos os dias, para melhorar a qualidade de vida da população. -----

-----b) Usou da palavra o senhor José Serra, felicitando a senhora Presidente e a sua equipa pelo primeiro ano de Mandato. -----

-----Continuou, e na qualidade de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Góis, agradeceu o apoio da Câmara Municipal de Góis, que permitiu integrar seis pessoas em situação de desemprego, através de medidas de apoio social (CEI's e CEI's+), não tendo a Santa Casa da Misericórdia de Góis despedido até à data ninguém, reconhecendo a solidariedade presente no Orçamento Municipal apresentado para 2015. Deu ainda conta, do esforço que a Santa Casa da Misericórdia de Góis tem ao nível dos transportes escolares, percorrendo diariamente 100 KM em toda a freguesia de Vila Nova do Ceira, para o bem da comunidade Goense. -----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

---- Prosseguiu, agora na qualidade de Presidente de Cooperativa de Góis, reconhecendo o apoio da Câmara Municipal que permite manter o posto de trabalho na loja da Cooperativa, sita no Largo do Pombal.-----

---- Interveio a senhora Presidente, referindo que quando o senhor Vereador, Eng.º Diamantino Jorge Simões Garcia se referia que havia empresas que despediam pessoas do seu Mapa de Pessoal, certamente não seria o caso da Santa Casa da Misericórdia, mas sim a outras entidades que ao nível local, regional e nacional, despedem trabalhadores, mas não extinguem o posto de trabalho para que no futuro sejam ocupados através de medidas sociais.-----

---- Interveio o senhor Vereador Eng.º. Diamantino Jorge Simões Garcia referindo que na sua intervenção relativamente às medidas de apoio social, não se referia de todo à Santa Casa da Misericórdia de Góis.-----

---- c) Usou da palavra o senhor Professor José Albuquerque, referindo que o encerramento da EB da Ponte do Sótão, tem repercussões negativas não só nas crianças, mas também nos pais e na restante comunidade local. Mais referiu, que tal como a senhora Vereadora, Maria Helena Barata Antunes Moniz, também tem conhecimento da situação que se passa no Município de Idanha-a-Nova. No entanto, chamou à atenção que o Ministério da Educação aprova uma Rede Escolar, e quem tiver fora dessa mesma Rede Escolar, sujeita-se a chegar ao final do ano letivo e não ser aprovado o ano de aprendizagem e passagem para outro ciclo de ensino, para além de que a ANMP não se pronunciou sobre a tomada de posição do Município de Idanha-a-Nova e outros que de igual forma arriscaram reabrir escolas encerradas pelo Ministério da Educação.-----

---- Relativamente á discussão que ocorreu sobre o Regulamento de Utilização e Funcionamento do Pavilhão Gimnodesportivo, o senhor Professor José Albuquerque referiu que quando frequentava outros Pavilhões Gimnodesportivos em representação de uma instituição, a sua utilização era muitas vezes graciosa; quando utilizado a título individual, o tempo de utilização era pago pelo utente.-

---- Prosseguiu, referindo que aquando da discussão do Orçamento e das GOP para o ano de 2015, fez-se política, com os Vereadores da Oposição a fazerem o



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

seu papel, que sob o seu ponto de vista, não foi o mais correto, pois desde a aprovação do Orçamento para o ano de 2014 se sabia que até 31 de outubro a Câmara Municipal teria de apresentar as propostas de Orçamento e das GOP para o ano de 2015. Mais referiu, que caso estivesse na Oposição teria feito chegar á Câmara Municipal as condicionantes para aprovação. -----

-----Referiu ainda, que durante o Mandato 2013-2017 deve a Maioria Socialista cumprir com as propostas apresentadas. Mais referiu, que se deixarem de apoiar as pessoas e as instituições cava-se mais o fosso do Concelho, devendo este Executivo continuar a dar apoio as pessoas e aos jovens do concelho, conforme visível no Orçamento e nas GOP aprovados. -----

-----E não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião pelas quinze horas e cinquenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente Ata, sob a responsabilidade da Secretária. -----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,

---

---